Reitoria da Universidade de Lisboa
Aviso

Abertura de procedimento concursal comum para ocupação de um posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior do mapa de pessoal da Reitoria da Universidade de Lisboa, na modalidade de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, restrito a candidatos abrangidos pelo programa de regularização extraordinária de vínculos precários (PREVPAP), para exercer funções no Departamento de Apoio à Gestão dos Museus e IICT dos Serviços Centrais da Universidade de Lisboa Unidade Especializada Museus e IICT.

1. Nos termos do disposto nos artigos 9.º e 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, torna-se público que, por despacho autorizador de 05-12-2019 do Reitor da Universidade de Lisboa, Prof. Doutor António Cruz Serra, se encontra aberto, pelo prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP), procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de um posto de trabalho, previsto no mapa de pessoal da Reitoria da Universidade de Lisboa, da carreira e categoria de técnico superior, para exercer funções no Departamento de Apoio à Gestão dos Museus e IICT dos Serviços Centrais da Universidade de Lisboa.

2. Legislação aplicável: Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro (PREVPAP); Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho; Portaria 125-A/2019, de 30 de abril; e Código do Procedimento Administrativo.

3. Local de trabalho: o posto de trabalho situa-se nas instalações da Universidade de Lisboa.

4. O procedimento concursal destina-se à ocupação de um posto de trabalho do mapa de pessoal da Reitoria da Universidade de Lisboa, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) publicada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

5. Fundamentos para a abertura do procedimento concursal comum: o presente procedimento concursal é aberto no âmbito do PREVPAP, para regularização das situações de trabalho precário previstas no artigo 3.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro.

6. Caracterização geral do posto de trabalho: o posto de trabalho inerente ao presente procedimento concursal envolve o exercício de funções da carreira geral de Técnico Superior, tal como descritas na LTFP.

O Técnico Superior desempenhará funções no Departamento de Apoio à Gestão dos Museus e IICT dos Serviços Centrais da Universidade de Lisboa, designadamente:

a) Desenvolvimento de propostas de atividades expositivas, educativas e culturais interdisciplinares sobre ciência e natureza a partir das coleções, património e fundos documentais do IICT e MUHNAC;

b) Concepção, planeamento e produção de exposições;

c) Promover colaborações com as escolas da ULisboa de forma diversificar e inovar a programação das atividades;

d) Promover colaborações com entidades externas para complementar e ampliar a oferta aos públicos.

e) Propor e desenvolver atividades de formação na área da Museologia e afins;

f) Inventariar, organizar e gerir os recursos museográficos e educativos.
7. Habilitações literárias exigidas: Titularidade de licenciatura ou grau superior, nos termos do n.º 1 do artigo 86.º da LTFP.


9. Requisitos de admissão relativos ao trabalhador:
9.1. Exerça ou tenha exercido funções que correspondam ao conteúdo funcional da carreira/categoria a concurso, sem o vínculo jurídico adequado, reconhecido nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro.
9.2. Ser detentor dos requisitos cumulativos, enunciados no artigo 17.º da LTFP:
   a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, por convenção internacional ou por lei especial;
   b) 18 anos de idade completos;
   c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
   d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
   e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.
9.3. Possuir as habilitações literárias constantes do ponto 7. do presente aviso.


11. Forma e local de apresentação da candidatura:


11.2. No formulário de candidatura são de preenchimento obrigatório: identificação do procedimento concursal objeto da candidatura (ex: OE0000); identificação do candidato (nome, data de nascimento, nacionalidade, número de identificação fiscal, residência, telefone e endereço eletrónico); habilitações académicas e profissionais; decisão de reconhecimento prévio do vínculo precário.

11.3. O formulário de candidatura deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:
   a) Curriculum Vitae detalhado;
   b) Fotocópia legível do certificado de habilitações literárias.
   c) Fotocópia dos Certificados ou comprovativos de ações de formação realizadas com relevância para o posto de trabalho objeto de candidatura;
d) As menções, qualitativas e quantitativas, obtidas nas avaliações de desempenho dos últimos três anos, se aplicável.

11.4. A não apresentação dos documentos a que se referem as alíneas a) a d) do ponto 11.3 determinam exclusão da candidatura ao procedimento. O não preenchimento ou o preenchimento incorreto dos elementos relevantes do formulário de candidatura determina a exclusão do candidato do procedimento concursal. Serão excluídas as candidaturas que não satisfaçam, cumulativamente, os requisitos e formalidades apontados no presente aviso.

12. Métodos de Seleção: O método de seleção a utilizar será a avaliação curricular.

12.1. A avaliação curricular (AC) é expressa numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valorização até às centésimas, sendo a classificação obtida através da média aritmética simples ou ponderada das classificações dos elementos a avaliar. Visa avaliar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e a avaliação de desempenho obtida. Para tal, serão considerados e ponderados os elementos de maior relevância para o posto de trabalho, nomeadamente: a habilitação académica, a formação profissional, a experiência profissional (tempo de desempenho no período anterior, no exercício de funções caracterizadoras do posto de trabalho a concurso).

12.2. São motivos de exclusão do presente procedimento: o incumprimento dos requisitos mencionados neste aviso, sem prejuízo dos demais legal ou regularmente previstos; a obtenção de uma valorização inferior a 9,5 valores na avaliação curricular.

12.3. Classificação final (CF): A classificação final (CF) será obtida numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valorização até às centésimas, a qual resulta da aplicação da seguinte fórmula: 

\[ CF = \frac{AC}{5} \]

Em que: CF = Classificação Final; AC = Avaliação Curricular


12.5. Haverá lugar à audiência de interessados, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, após a aplicação do método de seleção e antes de ser proferida a decisão final. Os candidatos excluídos serão notificados de acordo com a alínea a) do nº1 do artigo 23º da Portaria 125-A/2019 de 30 de abril.

12.6. A ata do júri onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valorização final do método, é publicitada no sítio da Internet da entidade. As restantes atas serão facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.


12.8. O procedimento concursal tem caráter urgente, prevalecendo as funções próprias do júri sobre quaisquer outras.

13. Composição e identificação do Júri:
Presidente: José Manuel Pinto Paixão, Vice-Reitor da Reitoria da Universidade de Lisboa;

1º Vogal efetivo: Marta Cristina Catarino Lourenço, Diretora dos Museus da Universidade de Lisboa, que substituirá o Presidente do júri nas suas faltas e impedimentos;

2º Vogal efetivo: Vitor Manuel Sanches Lucas, Diretor do Departamento de Apoio à Gestão dos Museus e IICT dos Serviços Centrais da Universidade de Lisboa;
1º Vogal suplente: Maria Judite Silva Cardoso Alves, Investigadora Auxiliar da Unidade Especializada Museus da Universidade de Lisboa;
2º Vogal suplente: Ricardo Miguel Carreira Geraldes, Diretor do Departamento de Recursos Humanos dos Serviços Centrais da Universidade de Lisboa.

14. Assiste ao Júri a facultade de exigir a qualquer candidato a apresentação de documentos comprovativos das declarações que este efetuou sob compromisso de honra e das informações que considere relevantes para o procedimento.

15. As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.


17 de dezembro de 2019,
O Presidente do Júri, José Manuel Pinto Paixão